



**ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO SOBRE O PROCESSO DE GESTÃO
DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EM CAMPO GRANDE - MS.**

**Solidarity Economy: a Case Study on the Process of Solid Waste Management in Campo
Grande - MS.**

José Carlos de Jesus Lopes¹
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Professor Adjunto
jose.lopes@ufms.br

Sílvia Nélide da Conceição Lima
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Graduada em Ciências Econômicas
sílvia.nelida@gmail.com

RESUMO

Aqui analisa-se a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (GRSU), no município de Campo Grande - MS, fundamentando-se na Teoria da Economia Solidária. Questiona-se se as atividades dos agentes que atuam no processo de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, em Campo Grande - MS, caracterizam-se dentro da Economia Solidária. Para tanto, utilizou-se o Estudo de Caso. Observou-se, que nos participantes do objeto estudado, existem apenas leves traços e características de uma Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Pública, Sustentabilidade, Associativismo.

ABSTRACT

Here in analyzes the management of municipal Solid Waste (GRSU), in Campo Grande - MS, based to Solidarity Economy Theory. It questions if the activities of agents that act in Solid Waste Management Process are characterized as the Solidarity Economy. To get this investigation goal was carried out a Case Study. It was noted that there are only minor traits and characteristics of a Solidarity Economy, along the relationship between the agents participating in the object studied.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Docente do Curso de Mestrado em Administração Pública (PROFIAP) e do Curso de Graduação em Administração/CCHS/UFMS.

KEYWORDS: Public Management, Sustainability, Associativism.

1. INTRODUÇÃO

Os fenômenos derivados do modelo societal, adotado pela sociedade contemporânea, têm resultado uma expressiva produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), doravante anunciado apenas pela sigla RSU. Como já se sabe, através da literatura pertinente, esse excessivo acúmulo ocasiona a poluição do solo, das águas e do ar com resíduos tóxicos, o que propicia, de forma exponencial, a proliferação de vetores de doenças e outros problemas sociais, ambientais e econômicos.

De acordo com Ávila (2009) um dos mais graves problemas ambientais enfrentados pela população urbana mundial é a não implantação eficiente da gestão integrada dos resíduos sólidos, como meio de buscar métodos e técnicas eficazes de tratamento e redução do volume dos resíduos sólidos produzidos.

Com o grande aumento demográfico, em todo o mundo, somado ao grande desenvolvimento tecnológico, essa combinação tem contribuído para o aumento da geração dos resíduos sólidos, assumindo proporções agravantes, frente à falta de área para deposição dos rejeitos e seu alto potencial de contaminação do meio ambiente. Em Nova York, Nos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, tem se tornado cada vez mais difícil dar um tratamento e destino final as 11 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos gerados, diariamente, por mais de 8 milhões de pessoas (LOPES, 2007).

Para Romansini (2005), dentro da Gestão dos Resíduos Sólidos, os catadores possuem um papel fundamental para a sociedade. Eles contribuem para a limpeza urbana, colaboram para a economia dos recursos naturais, dado que os materiais coletados por eles são fontes de energia e matérias primas e ainda assim são marginalizados, já que são excluídos da possibilidade de trabalho formal com renda digna.

No Brasil, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011, pg.2.) implementado pelo governo federal brasileiro, prevê como uma de suas metas: “a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

Galbiati (2005) relata que, no Brasil, já existem iniciativas que combinam o processo de implantação de programas de gestão de Resíduos Sólidos com a chamada Economia

Solidária. Para a autora, em diversos municípios brasileiros, a implantação da coleta seletiva se dá em conjunto com projetos sociais, que permitem a inclusão social e valorização dos catadores.

Para Bernardo e Nascimento (2008), desde os anos 90, o Brasil deu início às práticas da Economia Solidária. Ela surge como um meio de combate aos problemas derivados das crises econômicas e da exclusão social que geravam no país um externalidade negativa tal como o desemprego, a marginalidade, a precarização e a informalidade.

O crescimento de tal movimento gerou, em junho de 2003, a sua institucionalização, por parte do governo federal, a partir da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Ambos fazem parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De acordo com França Filho (2002), a Economia Solidária é composta de diversos tipos de iniciativas, como empresas, organizações coletivas e solidárias que visam superar deficiências dos mercados locais, através da associação de duas noções: 1) a iniciativa economia e 2) a solidariedade. Com base na união desses dois valores, elabora as atividades econômicas coletivas locais.

Através da observação dos fatores já expostos e através da possibilidade de haver um alto grau de ligação entre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a Teoria da Economia Solidária, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa: As atividades dos agentes que atuam no processo de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, em Campo Grande - MS, caracterizam-se como Economia Solidária?

Neste contexto, o objetivo central desta pesquisa é analisar a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (GRSU), no município de Campo Grande - MS, sob a ótica da Teoria da Economia Solidária.

A investigação científica exposta neste trabalho se divide em 4 seções, além desta parte introdutória e das Considerações Finais. As duas primeiras seções compõem uma breve fundamentação teórica, utilizada para dar sustentação à pesquisa realizada, sendo construídos através de conceitos e discussões que envolvem as teorias da Economia Solidária e a Gestão de Resíduos Sólidos.

Na terceira seção é exposta a metodologia utilizada. Em seguida, são apresentados os resultados obtidos e as discussões dos fenômenos observados face aos dados coletados. Por fim, são colocadas as Considerações Finais, além das referências utilizadas.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

O fundamento da Economia Solidária surge no contexto de desigualdade e exclusão social, próprio do mercado competitivo, como um modo de produção alternativo. Para Singer (2004) a Economia Solidária surge como meio de combate à precarização das condições de trabalho, em meio à grande crise do trabalho.

O mesmo autor, já em 2005, caracteriza a Economia Solidária como modo de produção preponderado pela igualdade de direitos, sendo os trabalhadores sócios e proprietários dos meios de produção que utilizam, administrando através do voto as empresas inseridas na Economia Solidária, permitindo, desta vez, criar um sistema de autogestão.

De forma complementar às postulações de Singer (2005), o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE, 2006, pg.1) coloca que a Economia Solidária compreende-se como: “conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão”. A Economia Solidária, ainda de acordo com o mesmo Ministério, é formada por diversos tipos de práticas econômicas e sociais geradas com base em quatro principais pressupostos. São eles: a) Cooperação; b) Autogestão; c) Solidariedade; e d) Viabilidade Econômica.

No corpo textual da Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (2003), é colocado que a Economia Solidária constitui-se como um meio de globalização e desenvolvimento sustentável socialmente justo, tendo como objetivo a satisfação das necessidades do indivíduo, seguindo um caminho que gere sustentabilidade e qualidade de vida.

Para a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2005, pg. 12), a Economia Solidária compõe-se de:

- 1) Cooperação. Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades;
- 2) Autogestão. Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses;
- 3) Viabilidade Econômica. Agregação de esforços, recursos e conhecimentos, para viabilizar as iniciativas coletivas de produção,

prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo;

- 4) Solidariedade. Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadoras e consumidoras (SENAES, 2005, pg.12).

A SENAES (2005) reforça que a Economia Solidária, nos últimos anos, apresenta-se como um meio alternativo de geração de trabalho e renda, surgindo assim, como uma resposta contra a exclusão social, estando presente em um novo modo de desenvolvimento sustentável através da geração de trabalho e renda, por meio do crescimento econômico unido a proteção dos ecossistemas.

Neste processo não se encontra lucro, dado que seus resultados, quer sejam, econômicos, políticos e culturais são compartilhados por seus participantes de forma igualitária, sem qualquer distinção de gênero, idade e raça. Percebe-se, uma clara oposição da Economia Solidária à lógica do modo de produção capitalista, mais especificamente, na exploração do trabalho humano e dos recursos naturais.

Dentro da Economia Solidária encontram-se inúmeros tipos de empresas, chamadas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). O MTE (2006) caracteriza essas empresas como EES, quando as mesmas apresentam a realização de alguma atividade econômica que respeita os princípios do Cooperativismo, da Autogestão, da Solidariedade e da Viabilidade Econômica.

Souza¹ (2008, *apud* MARIANI & ARRUDA, 2009) em suas análises caracteriza as iniciativas de Economia Solidária como empresas que:

“(...) compreendem uma diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo” (SOUZA, 2008, p.35).

É fundamental, ressaltar neste trabalho, para fundamentar as discussões mais adiante, os fatores que diferem uma Associação de uma Cooperativa. A principal diferença entre essas

1

¹ SOUZA, D.N. 2008:53-60. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 11, n.1.

iniciativas de Economia Solidária na legislação brasileira, segundo Sanchez em entrevista (2010) é que:

Enquanto uma Associação tem por finalidade a organização de pessoas para uma série de atividades que não têm fim econômico, a Cooperativa visa à organização de pessoas com algum fim econômico. Assim, do ponto de vista ideal, das leis, uma Associação serviria para desenvolver diferentes atividades de cunho cultural, político, esportivo, social, entre outros. Já a Cooperativa é uma associação de pessoas que têm, eminentemente, um objetivo econômico. (SANCHEZ, 2010, pg.1).

Observa-se que, no Brasil, diversos grupos econômicos de trabalhadores, constituírem-se em Associações, ao invés de se formalizarem como Cooperativa. Tais comportamentos devem-se, principalmente, às dificuldades de registro e do número mínimo de cooperados, exigido por Lei.

O processo de criação de uma Associação é menos burocrático, podendo ser registrada em Cartório com duas pessoas ou mais, enquanto uma Cooperativa tem que ser registrada numa Junta Comercial e exige, segundo a atual legislação, no mínimo 20 pessoas (SANCHEZÉ, 2010).

2. GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.

Para Demajorovic (1995), a relação existente entre resíduos sólidos urbanos e problemas ambientais é muito mais ampla quando se trata de resíduos sólidos, dado o seu baixo grau de dispersão, em comparação aos resíduos líquidos e gasosos.

Para iniciar a discussão sobre tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos, faz-se necessária à diferenciação de três termos: Lixo, Resíduos Sólidos e Rejeitos, dado que esses conceitos são amplamente utilizados neste trabalho, e muitas vezes, concebidos de maneira errônea pelo público comum.

O termo lixo se diferencia de resíduos sólidos, pois o último apresenta valor econômico agregado, já que possibilita e estimula, segundo Demajorovic (1994), o seu reaproveitamento nos processos produtivos. Já o primeiro não se concebe valor de uso econômico e social. Ambos, contudo, apresentam como principal semelhança, o fato de serem responsáveis por inúmeros e graves problemas ambientais, econômicos, sociais, políticos e tecnológicos.

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010, pg. 2), os resíduos sólidos e os rejeitos apresentam definições distintas, sendo:

Resíduos sólidos: matéria, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se

propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível; e

Rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

O pragmatismo alertado tem uma ligação direta e inquestionável na complexa gestão dos órgãos públicos, que passa pela contribuição e fiscalização da sociedade civil, quanto à produção e ao tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos, sendo esse um dos norteadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010, pg. 2). O texto normativo dá providências à implantação de uma gestão de manejo sustentável que leve ao desenvolvimento de processos que busquem a alteração dos padrões de produção e consumo sustentável.

Para dar início a uma discussão sobre Gestão de Resíduos Sólidos é fundamental a adoção de um conceito inicial de gestão, emprestando-se da definição de Souza² (2005, *apud*, LOPES, 2007), que descreve a gestão como o ato de administrar, gerenciar um fato dentro das possibilidades disponíveis, visando atender as necessidades imediatas ou futuras.

Neste sentido, Lopes (2007) entende a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos como forma de gerenciar os desafios do binômio, chamado pelo autor, de sociedade-natureza, suas causas e seus efeitos, a partir da produção do lixo urbano e, seus impactos sociais e ambientais, sejam eles negativos ou positivos. O autor afirma, ainda, que depois de compreendida a gestão de resíduos sólidos, faz-se necessário observar seus desdobramentos econômicos, sociais, culturais, políticos, tecnológicos e legais.

No tocando à gestão de resíduos sólidos, ela se inicia no processo de geração dos resíduos, sendo esse um fator bastante variável, pois se mostra dependente de inúmeros fatores, como renda, época do ano, comportamento do consumidor, modo de vida, movimento da população nos períodos de férias e fins de semana e novos métodos de acondicionamento de mercadorias, com a tendência mais recente de utilização de embalagens não retornáveis, como bem lembram Cunha e Caixeta Filho (2002).

2

¹ SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Para esses autores, o acondicionamento se apresenta como primeira etapa do processo de remoção dos resíduos sólidos e permite a utilização de diversos tipos de recipientes como: vasilhas domiciliares, tambores, sacos plásticos, sacos de papel, contêineres comuns, contêineres basculantes, entre outros. Eles ainda ensinam que a operação de coleta inicia-se, desde a partida do veículo coletor da garagem da empresa ou órgão responsável, passando por todo o percurso para a remoção dos resíduos dos locais onde foram acondicionados, aos locais de descarga, até o retorno ao ponto de partida.

Para Mansur & Monteiro (2001, pg. 145), as estações de transferência ou transbordo se apresentam como “locais onde os caminhões coletores descarregam sua carga em veículos com carrocerias de maior capacidade para que, posteriormente, sejam enviadas até o destino final”. Essas estações visam reduzir o tempo gasto no deslocamento dos locais de coleta até o local de disposição final do lixo, reduzindo também os custos desse processo.

As ações de processamento e recuperação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2008), compreendem as operações a que são submetidos os resíduos sólidos coletados na zona urbana, tais como: tratamento de resíduos especiais; triagem de resíduos recicláveis; compostagem de resíduos orgânicos; incineração.

E por fim, a disposição final, segundo IBGE (2008), é um conjunto de procedimentos de destino final dos resíduos sólidos urbanos e dos rejeitos. Por sua vez, Lopes (2007) destaca os lixões, os aterros controlados, os aterros sanitários como principais formas de disposição final, encontradas no Brasil.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposta, utilizou-se de um Estudo de Caso, para construir um conhecimento prévio e assim estruturar todo o processo de pesquisa, desde sua formulação até sua conclusão, adicionado, à pesquisa bibliográfica e documental como fonte de dados primários secundários de natureza qualitativa e quantitativa.

Os dados primários foram coletados a partir do uso das técnicas: a entrevista informal focalizada e a aplicação de formulários com questões abertas e fechadas, com a finalidade de conhecer melhor os agentes e o processo estudados através do contato direto com eles. A aplicação dos formulários se deu de forma aleatória e não probabilística regida por critérios de conveniência e disponibilidade dos catadores do aterro durante a pesquisa de campo. As

entrevistas e os questionários foram aplicados nos meses de setembro, outubro e novembro de 2011.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Nesta seção serão expostas as análises, os consensos e os conflitos observados durante a construção deste trabalho, desde a pesquisa bibliográfica até a pesquisa de campo, visando por fim responder a problemática central deste trabalho, relembrando, se existe Economia Solidária no processo de Gestão de Resíduos Sólidos de Campo Grande- MS, tendo como foco principal os agentes excluídos, os catadores.

Os Resíduos Sólidos produzidos no mesmo município apresentam um alto potencial econômico, pois se apresenta com um grande volume de matéria orgânica, cerca de 60% de sua massa, ideal para processos de compostagem, e um alto grau potencial reciclável e energético, já que 40% de sua massa é composta por materiais recicláveis.

A análise gravimétrica dos resíduos recicláveis mostra uma grande porcentagem desses materiais é composta por papel o que gera uma maior produção de energia em processos de incineração.

Porém, apesar desse alto potencial energético e reciclável o gerenciamento de resíduos sólidos não faz uso de técnicas como incineração e compostagem, o que gera uma perda financeira ao município. A queima de resíduos ocorre de forma irregular no Lixão, visando à redução do volume de RSU. Este fato gera graves riscos aos catadores que trabalham no local impróprio e aos moradores dos bairros, no entorno, que sofrem com a fumaça que é liberada dessas queimas.

Desde 1990 a 2011, observou-se um crescimento de mais de 200% da geração de resíduos sólidos, no município pesquisado, fenômeno gerado pelo aumento da população urbana, somada pelo aumento do consumo, crescimento da renda de diversos agentes, aquecimento da economia do município e do Estado.

A produção de resíduos sólidos, na cidade, apresenta uma tendência sazonal, aumentando nos meses de outubro a fevereiro, devido às festas de final de ano, carnaval e férias, aumento do fluxo de moeda em circulação devido ao pagamento de 13º salário, férias.

Assim, considera-se que o aumento do consumo, conseqüente dos dois últimos fatores citados, alia-se às promoções, aumento do crédito na economia regional e nacional, principalmente no setor do comércio, dentre diversos outros fatores de ordens sociais, políticas e culturais.

A maior parte do volume de material reciclável produzido no município é coletada nas áreas central e dos eixos de circulação. Tal resultado deve-se ao fato dessas regiões

concentrarem as grandes zonas de comércio e a população com maior percentual de renda, que devido a seu modo de vida e sua cultura consomem mais produtos industrializados, como por exemplo, os enlatados, *fast-food*, comidas prontas, entre outros produtos com embalagens feitas com materiais recicláveis.

Já a população que reside na área periférica, devido ao seu baixo grau de instrução e fatores comportamentais, consome produtos que geram um alto percentual de matéria orgânica, sendo responsável pela maior parte da produção de RSU não recicláveis.

Observando a composição do RSU na cidade, observa-se que o mesmo apresenta um percentual maior de matéria orgânica, do que de materiais recicláveis, o que deixa claro também que existe um alto nível de concentração de renda no município, já que a maior parte da população se encontra residindo nos bairros periféricos da cidade.

O processo de Coleta Resíduos Sólidos Urbanos, em Campo Grande, apresenta um grau de eficiência satisfatória, dado que a mesma apresenta alto percentual de abrangência, frequência regular, planejamento eficaz, baixo nível de reclamações, baixos custos de fiscalização, dado que o mesmo se auto fiscaliza, pois a empresa terceirizada ganha por tonelada coletada, sendo do interesse da mesma coletar a maior quantidade de resíduos possíveis.

Como principais limitações deste processo apontam-se seu alto custo, apesar deste ter sido minimizado com a contratação de uma empresa terceirizada, pois os gastos da Prefeitura Municipal com custos diretos de manutenção de equipamentos como os caminhões foram reduzidos.

A disposição final dos resíduos é a maior problemática encontrada no processo de Gestão de RSU, do município em questão, dado que se mostra ambientalmente inadequada, por gerar poluição do solo e dos lençóis freáticos, através do lançamento de chorume, sem tratamento, no corpo hídrico de um pequeno córrego, apresentando um alto risco de contaminação do mesmo.

O local de tratamento e disposição final existente é classificado erroneamente como um Aterro Controlado, pois a cobertura dos resíduos com terra, não é realizada diariamente, existindo materiais que permanecem apenas dispostos sobre o solo a céu aberto, como em um vazadouro a céu aberto. Logo, o local de tratamento e disposição final dos RSU se apresenta como um misto entre Lixão e Aterro Controlado, sendo necessária a implantação de técnicas de controle dos gases e impermeabilização do solo.

A existência de catadores é outro fator importante que condena o local de disposição final do processo estudado, pois esses trabalhadores exercem uma atividade altamente perigosa, devido à insalubridade do aterro, correm riscos de doenças e acidentes, estão sujeitos a instabilidade no trabalho, não possuem documentação que comprove a renda e a atividade que exercem e não tem acesso aos benefícios da Previdência.

Reconhece-se que o Programa de Coleta Seletiva, implantado pela Prefeitura Municipal, desde julho de 2011, mostra-se como um passo inicial para o avanço no processo de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos no município. Tal medida traz como principais benefícios a redução em 4% do volume de lixo urbano destinado ao lixão, trazendo como consequência no longo prazo aumento da vida útil do local de destinação final dos resíduos. Outro fator positivo é o incentivo ao processo de reciclagem, o que traz estímulo a esse mercado, gerando emprego e renda.

As deficiências existentes no projeto são o baixo grau de participação da população por meio dos LEV's, o que vem a inviabilizar o projeto dado que a implantação da coleta seletiva porta a porta, abrangendo toda a população, acarretaria um aumento de 100% nos custos da coleta de resíduos sólidos, já existente em Campo Grande.

Observa-se, o aumento do volume dos materiais para descarte ao longo dos meses. Tal efeito é devido à falta de instrução da população para separar os resíduos, bem como o que deve ou não ser destinado à coleta seletiva. Também é possível mensurar uma tendência de queda no volume coletado nos meses de agosto para setembro, o que reflete a falta de consciência da população da importância dessa iniciativa, devido a fatores como: à falta de informação sobre o funcionamento do processo e a não existência de uma cultura de separação de materiais recicláveis na cidade, por parte da população.

O processo de reciclagem apresenta-se fundamental no processo de gestão municipal dos resíduos sólidos, mas se caracteriza mais como um mercado paralelo, com fins apenas econômicos, sem preocupações ambientais, tanto por parte do poder público, como dos agentes privados, não estando incluso em leis ou políticas que gerem incentivos a tais práticas.

Observa-se também a figura dos atravessadores, no comércio dos materiais recicláveis. A existência desses atravessadores se dá por dois motivos fundamentais: 1) a dificuldade de locomoção dos catadores para entregar o material nas empresas compradoras; 2) porque é mais vantajoso para as empresas utilizar o trabalho dos catadores de lixo, pois eles já separam os materiais e os atravessadores apesar de provocar aumento dos preços geram também uma

redução nas despesas com transporte e funcionários das grandes empresas. (LIMA,2011, pg. 95).

Outro importante fenômeno a ser relatado, neste mercado do comércio de recicláveis, é a formação dos preços, dado que existe um processo de concentração de mercado por parte das grandes empresas, e segundo os agentes entrevistados o preço não somente em Campo Grande, mas em todo o Estado é controlado pelas mesmas empresas. Sob à ótica da estruturação de mercado, pode-se aferir a existência de cartéis e monopólios por parte de alguns agentes.

O preço dos materiais recicláveis apresenta um comportamento sazonal, que se dá devido ao volume de resíduos gerados nos meses do ano, de março a setembro os preços são mais altos, devido ao menor volume de resíduos gerados pela população, logo uma menor oferta, e de outubro a fevereiro, os preços reduzem devido ao grande aumento do volume de resíduos gerados pela população, ou seja, maior oferta de resíduos.

Os catadores de rua formam o maior grupo de agentes presentes nesse processo, mas mesmo assim os com menor poder de controle e decisão. Os mesmos trabalham de forma autônoma, estabelecendo relações de cooperação em vista da garantia de melhores preços e, por consequência, maiores ganhos. Eles encontram-se à parte do processo de coleta seletiva que está sendo implantado pela Prefeitura Municipal o que não deveria ocorrer, pois o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011) prevê ações de valorização dos catadores e de seu trabalho.

A COOPERVIDA se apresenta como a única Cooperativa de catadores de rua existentes na cidade, sendo composta por cerca de 15% dos agentes que compõem esse grupo. A mesma se encontra em um processo de reestruturação, devido à falta de capacidade de gestão dos catadores que estavam à frente, à falta de documentação que gerou a perda de inúmeros parceiros, alta dependência do poder público, que após a saída de um governo, os mesmos acabaram por perder grande parte dos benefícios, que eram concedidos pelo governo municipal, chegando a perder até mesmo sua sede, o que gerou aumento dos custos de produção e perda de parte significativa de seus ganhos.

A Prefeitura Municipal apesar de se declarar ciente da existência de catadores no Aterro, apenas há cerca de um ano e meio, com a assinatura do TAC que determina a desativação do Lixão a mesma tem buscado soluções e alternativas para a retirada dos catadores das condições precárias de trabalho, que são submetidos, diariamente.

Os catadores do Aterro apesar, de suas condições de trabalho, relatam gostar do seu trabalho devido à autonomia que possuem e aos ganhos que alguns afirmam, chegam a mais de quatro salários mínimos.

Duas grandes desvantagens dos catadores do Aterro em comparação aos catadores de rua se dão devido à existência da figura dos atravessadores que para obter seus rendimentos acabam reduzindo os preços dos materiais recicláveis, e devido a distância do aterro que gera maiores custos a esses agentes. Os preços dos materiais selecionados chegam aos catadores do aterro com perdas de até 50% do seu valor e os materiais coletados no aterro por estarem misturados aos produtos orgânicos acabam por perder valor, reduzindo ainda mais seus ganhos.

Dado o fechamento do Lixão, previsto para junho de 2012, surgiu entre uma pequena parcela dos catadores, a ATMARAS, como forma de organização desses trabalhadores. Este fato leva a inúmeras discussões, inicialmente o porquê da criação de uma Associação e não uma Cooperativa, já que está tratando de uma organização que visa fins lucrativos? Apesar da formação de uma Associação gerar certas dificuldades na hora de comercializar os produtos e serviços ou adquirirem crédito, facilita o desenvolvimento de diversas atividades.

Na ATMARAS, por ainda se encontrar em fase de estruturação e por ter apenas três catadores na Comissão de Organização e negociação das atividades que serão realizadas por esse grupo, a formação de uma Associação inicialmente, possibilita o melhor desenvolvimento de suas atividades e não possui tantas exigências como uma cooperativa, satisfazendo as necessidades de organização formal desses trabalhadores, sem gerar custos fiscais, pois ainda não estão realizando nenhuma atividade econômica.

Este processo tem encontrado como principal dificuldade, a falta de interesse por parte dos catadores. Nas duas reuniões da Associação dos 180 catadores cadastrados, apenas uma média de 36 estiveram presentes. Tal comportamento se deve: 1) os catadores não acreditam na desativação do aterro, pois há mais de 5 anos, relatam alguns catadores que afirmam que será fechado o aterro; 2) muitos não vêem vantagens em se associar, dado que acreditam que iram perder seus ganhos e sua autonomia; alguns deles trabalham no Aterro somente como forma de sustento temporário.

O governo municipal e diversas entidades têm se mostrado dispostos a contribuir para a formação da Associação, sua estruturação e capacitação dos catadores. Mas, um dos principais cuidados a se tomar neste processo é o de qual é o papel desses agentes parceiros em relação à ATMARAS. Os mesmos pretendem formar um empreendimento viável e sustentável econômica e ambientalmente, ou querem apenas se apresentar como ações

assistencialistas, através de políticas de transferência de renda, doação de moradias, entre outras.

É fundamental que a ATMARAS não crie vínculos de dependência com os parceiros, pois se em algum momento chegar a perder esses parceiros, não passe por dificuldades como acontece com a COOPERVIDA.

Existe uma rede de capacitação e inclusão no mercado de trabalho, formada por órgãos da prefeitura dentro do bairro Dom Antônio Barbosa, local onde a maioria dos catadores do aterro reside. Mas, de acordo com as Assistentes Sociais do CECAPRO, entrevistadas, esses projetos não atingem os catadores, pois os mesmos trabalham nos horários dos cursos e como os rendimentos deles dependem de sua dedicação ao trabalho, sendo o Aterro sua única forma de sobrevivência, acabam não participando desses projetos.

Com base na observação de todas as análises e discussões expostas, é possível observar que existem traços de Economia Solidária presentes no processo, iniciando-se pela busca de viabilidade econômica do processo, que se mostra evidente, principalmente, no mercado de materiais recicláveis. No entanto, existe necessidade de ações de inserção dos catadores ao mercado de trabalho, dando condições mais dignas de trabalho a esses agentes excluídos, neste processo. O que torna o objeto estudado como um local que propicia para a inserção da Economia Solidária; que vem em busca de soluções para diversas falhas de mercado que o mesmo apresenta.

As relações de cooperação e solidariedade podem ser observadas entre os agentes; na forma de ajuda mútua como é o caso dos catadores do Lixão, sendo que as mesmas se encontram limitadas, diante da autonomia de cada agente. A maior deficiência de inserção da Economia Solidária se encontra na busca da autogestão tanto na COOPERVIDA como na ATMARAS. Dado o baixo grau de instrução dos catadores, seja de rua ou do Lixão, e o fato de que praticamente impossibilita a aplicação desse pressuposto. E como afirma Nascimento (2004, pg. 1), “não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão”.

Muitos pesquisadores afirmam que o fato desses agentes administrarem suas rendas e o seu trabalho de forma autônoma já se apresenta como um traço da autogestão, o que é incorreto afirmar, pois esses agentes administram seus rendimentos não de forma equilibrada ou sustentável como deve ocorrer em um EES, pensando em longo prazo e investindo em

melhorias da sua atividade, mas o fazem como meio de sobrevivência, investindo apenas em suas necessidades básicas.

Outro importante fator que impossibilita a classificação desse processo como uma Economia Solidária é a não existência de nenhum EES, estruturado e em pleno funcionamento, neste processo, pois não aplicam de forma eficaz os princípios básicos da Economia Solidária. E como já citado, somente considera como um EES alguma atividade econômica que respeita os princípios do Cooperativismo, da Autogestão, da Solidariedade e da Viabilidade Econômica.

Como abem alerta Singer (2005), um dos maiores problemas da inserção de um EES no mercado são as falhas de mercado, como encontradas neste processo, que é o caso da formação dos preços que é determinado por menos de 10% dos agentes do mercado de recicláveis, o que compromete a permanência e a Viabilidade Econômica dos EES e também descaracteriza esse mercado como um Comércio Justo.

A Economia Solidária tem apresentado avanços em suas ações dentro deste processo, através da existência de traços econômicos solidários dentro do processo, mas a partir da observação dos dados coletados, expostos neste trabalho, conclui-se que não se pode classificar a gestão de resíduos sólidos em Campo Grande- MS como uma Economia Solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária surge em meio a diversas contradições do sistema capitalista e tem se mostrado fundamental nas discussões sobre inclusão social e combate ao desemprego. É importante ressaltar que ela não é um meio de caridade; mas sim, como um modo alternativo de produção economicamente viável e sustentável, no qual o maior foco não é o lucro, apesar de sua importância, mas sim a distribuição de renda mais justa e o reconhecimento do valor da pessoa humana no complexo social e produtivo.

A Economia Solidária deve ser fomentada e apoiada pelo Estado, pela população e pela iniciativa privada. Mas não deve ser confundida com uma política assistencialista. O poder público deve e tem obrigação de incentivar a criação de Empreendimento Solidários, dando apoio e meios que possibilitem o mesmo a se tornar competitivo e economicamente justo.

A Gestão dos Resíduos Sólidos por aproveitar-se dos catadores como agentes marginalizados e excluídos do mercado de trabalho formal, se mostra como ambiente propício para a formação de Associações e Cooperativas de Catadores, visando dar a esses agentes condições de trabalho dignas e sustentáveis.

Os catadores de materiais recicláveis são agentes fundamentais para a sociedade, já que prestam um serviço de grande valia a sociedade, aos meios de produção e por consequência ao meio ambiente, gerando redução do volume de resíduos sólidos dispostos em Lixões ou em Aterros, redução do uso de matérias primas, limpeza do ambiente urbano, entre outras contribuições.

Portanto, é neste contexto que este trabalho buscou apresentar a necessidade da observação dos valores propostos na Teoria da Economia Solidária, através da Gestão dos Resíduos Sólidos, um ramo da produção e do consumo que se mostra imprescindível para a sociedade, em suas diversas dimensões, sejam elas econômica, política, ambiental, social, cultural e tecnológica.

Dada à observação dos dados coletados no decorrer deste trabalho, pode ser afirmar que a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos em Campo Grande- MS, não se encaixa no perfil de uma Economia Solidária. Isso se deve ao fato de que neste processo não existem EES, dado a problemas como a dificuldade de se criar um comércio justo, devido a grande concentração de mercado detectada durante a pesquisa e os pressupostos teóricos que são pilares de uma Economia Solidária, Autogestão, Cooperação, Solidariedade e Viabilidade Econômica, se encontram apenas na forma de leves traços entre as relações dos agentes participantes do processo.

A Viabilidade Econômica é evidente em todo o processo, dado que existe até mesmo um mercado de compra e venda de materiais recicláveis dentro do objeto estudado. A Solidariedade e a Cooperação se dão de forma muito simples e desordenada o que dificulta a implantação da Economia Solidária, ocorrendo apenas através da construção de redes de apoio aos catadores, como por exemplo, órgãos do governo, empresas privadas e parte da população que se dispõe a separar seu resíduo reciclável visando ajudar os catadores.

E a grande e fundamental deficiência é dada pela não existência de autogestão, o que impossibilita o surgimento de EES que seja fundamentado nos princípios propostos pela Teoria da Economia Solidária, dado que este é o pilar fundamental que rege o bom andamento deste alternativo modo de produção.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir como forma de alerta para fenômenos como a exclusão social, concentração de renda, degradação do meio ambiente, falta de conscientização ambiental da população, redução da produção de RSU, minimização dos

impactos ambientais, econômicos da produção de RSU, entre outros fatores, que merecem maior observação por parte da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Fernando Carneli. **Valoração do Lixo: ganhos sociais com a reciclagem de resíduos sólidos**. Pelotas, RS. Monografia. PUCRS. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/viewFile/6064/4365>>. Acesso em 15 de maio de 2011.

CUNHA, Valeriana. CAIXETA FILHO, José Vicente. **Gerenciamento da Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos: Estruturação e Aplicação de modelo não linear de programação por metodologia de ASR**, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v9n2/a04v09n2.pdf>>. Acesso em 01 de dezembro de 2011.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Da política tradicional de tratamento de lixo à política de gestão de resíduos sólidos**. As novas prioridades, 1995. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S003475901995000300010.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.F. (Orgs). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GALBIATI, A. F. **O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem**. 2005. Disponível em: < <http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/97.pdf>>. Acesso em: 03 de Agosto de 2011.

GOVERNO FEDERAL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2010. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/501911.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento (PNSB)**. 2008. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2011.

LOPES, José Carlos de Jesus. **Resíduos Sólidos Urbanos: consensos, conflitos e desafios na gestão institucional na Região Metropolitana de Curitiba/PR**. 2007. Tese (Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. ARRUDA, Dyego de Oliveira. **A economia solidária como elemento fomentador do desenvolvimento local de Corumbá/MS/Brasil face à inserção dos pescadores artesanais na atividade do turismo**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009.

MANSUR, G. L.; MONTEIRO, J. H. R. P. **O que é preciso saber sobre limpeza urbana**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/cartilha>>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. 2011. Disponível em <http://www.cnrh.gov.br/pnrs/documentos/consulta/versao_Preliminar_PNRS_WM.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2011.

ROMANSINI, SANDRA REGINA MEDEIROS. **O catador de resíduos sólidos recicláveis no contexto da sociedade moderna**, 2005. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000026/000026D7.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2011.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. **Associação x Cooperativa**. 2010. Disponível em <<http://www.comunidadescoep.org.br/WebSite/Web/GestaoConteudo/Conteudo/exibirConteudo.aspx?gintChave=1205>>. Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Acesso em 22 de novembro de 2011.

SINGER, Paul. Economia dos Setores Populares – Propostas e Desafios. In KRAYCHETE, G. et al. (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE/UCSal, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In Santos, Boaventura de Sousa. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. **Solidariedade na Economia: Uma Alternativa à Competição Capitalista**. 2003. Entrevista Disponível em http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/Entrevista_Paul_Singer.pdf. Acesso em 01 de maio de 2011.

ENTREVISTAS

SOUZA, Ari José. **Entrevista sobre a reestruturação da COOPERVIDA**. O assessor técnico da Unisol Brasil. Entrevista informal e semi-estruturada realizada, em 02 de dezembro de 2011.